

O PAPEL DA EAD FRENTE AO DESAFIO DA QUALIFICAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO SUPERIOR

Rio de Janeiro (abril / 2011)

Prof. Dr. Vilson Sérgio de Carvalho

vilson@avm.edu.br

Instituto AVM (www.avm.edu.br)

Setor Educacional: Educação Universitária

Área de Pesquisa: Gerenciamento, Organização e Tecnologia

(Desenvolvimento Profissional e Apoio ao Corpo Docente)

Natureza: Relatório de Pesquisa

Classe: Investigação Científica

RESUMO:

Ao tomar o universo formativo do docente de ensino superior como objeto de investigação, este estudo defende, a partir da bibliografia consultada e da análise de experiências significativas na área, que a EAD, através de suas características pode ser utilizada como uma ferramenta útil e necessária para fazer frente ao desafio de uma preparação diferenciada e a curto prazo de docentes para atuarem com qualidade no magistério superior. Tal afirmativa se justifica na medida em que a EAD oferece condições tanto para uma articulação mais dinâmica entre ensino e aprendizagem quanto para o desenvolvimento das potencialidades docentes de modo a que estes possam ter condições de melhor compreender, interpretar e intervir no âmbito universitário com mais segurança e autonomia.

Introdução:

Em diversos países do mundo temos acompanhado, desde a segunda metade do século XX, uma significativa expansão do ensino superior. Segundo dados da UNESCO (2006), o número de matrículas em escala mundial passou de 13 milhões em 1960 para 82 milhões em 1995. Parece não haver mais dúvidas sobre a importância estratégica do ensino superior para que os países possam alcançar o desenvolvimento econômico e social que almejam. No entanto, na medida em que o ensino superior se expande, também crescem os desafios que esta modalidade de ensino encerra.

No Brasil esta expansão é marcada por particularidades que merecem um exame mais aprofundado. Conforme aponta Chamilian (2003), o ensino superior brasileiro sofreu nos últimos quarenta anos transformações significativas decorrentes da atuação majoritária da iniciativa privada que viu no ensino superior um interessante mercado a ser explorado gerando um considerável aumento na oferta de vagas. Fato que foi igualmente favorecido pelo desinteresse do governo militar na formação profissionalizante do ensino superior em favor de uma ampliação da formação técnica secundária por oferecer um maior e mais rápido retorno financeiro, além de ter um apelo mais popular.

Como consequência desse investimento no setor privado no ensino superior houve um crescimento exponencial do número de docentes que passou de 1950 a 1992 de 25 mil para um milhão de profissionais (Pimenta e Anastasiou, 2002). Tal explosão dificultou uma compreensão mais ampla de sua identidade, sendo este oriundo dos mais variados cursos sem na maior parte das vezes uma preparação mínima para a vida acadêmica. É precisamente no estudo dessa realidade e o quanto esta pode ser modificada pela EAD que este estudo se foca.

O artigo 10 da Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI da UNESCO destaca a necessidade de iniciativas na área do desenvolvimento da prática docente universitária: “Devem ser tomadas providências adequadas para pesquisar, atualizar e melhorar as habilidades pedagógicas, por meio de programas apropriados de

desenvolvimento pessoal, estimulando a inovação constante dos currículos e métodos de ensino e aprendizagem”. O documento esclarece que tal medida é uma forma eficaz de oferecer aos docentes do ensino superior um suporte para lidar não apenas com questões didático-pedagógicas específicas da sua área de atuação, mas também para o enfrentamento dos diferentes desafios que esse âmbito encerra.

No campo da qualificação de professores universitários, em particular, este estudo defende que a EAD, através das suas características, é uma importante ferramenta facilitadora da preparação de profissionais para uma atuação docente de qualidade na medida em que esta oferece condições tanto para uma melhor articulação entre ensino e aprendizagem, quanto para o desenvolvimento de suas potencialidades favorecendo a este uma capacitação adequada a sua inserção e/ou aperfeiçoamento no magistério superior.

A “Preparação” para o Magistério Superior no Brasil:

A legislação brasileira - através da Lei 9394/95 que define as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do Decreto 2306/97 que regulamenta o Sistema Federal de Ensino - é clara ao apontar a necessidade e importância de uma preparação pedagógica para o exercício do magistério no Ensino Superior. Contudo, a forma como a lei indica os caminhos para tal “preparação” é bastante controversa fomentando debates acalorados sobre o tema, uma vez que a docência universitária não é entendida na lei como um processo de “formação” e sim como uma “preparação” realizada prioritariamente através de um curso de pós-graduação *stricto sensu* (PRANDI, 2009).

O artigo 66 da LDB afirma textualmente que “a preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado (*strictu sensu*)”. Os questionamentos dessa via legal de qualificação para ingresso no magistério superior são muitos, a começar pela inexistência de uma formação didático-pedagógica por parte de muitos cursos de pós-graduação *strictu sensu*. A maior parte dos cursos pós-graduação *stricto sensu* estão mais preocupados em oferecer aos candidatos ao título de

mestre e doutor as condições para que estes desenvolvam seus estudos nas áreas específicas nas quais se inseriram do que em oferecer bases pedagógicas de ensino. São raros os que possuem alguma disciplina, mesmo que eletiva neste sentido e quando as tem são tidas como de segunda ordem em relação as disciplinas relativas à pesquisa. Não se trata aqui de desprestigiar a importância da pesquisa na formação de professores, mas reconhecer que esta precisa ser aliada a outras dimensões quando se pensa a formação de um professor universitário.

Em sua dissertação de mestrado, a pesquisadora Magda Nunes (2006) salienta a incongruência presente na legislação ao afirmar que o governo, mesmo ciente do quanto a formação do professor universitário é um fator determinante na melhoria do desempenho de indicadores na Educação Superior, parece ignorado tal dado em função de uma clara priorização da titulação. Citando a obra de Cunha (2001), ela mostra que, nesse ponto, a universidade parece ter um papel paradoxal pois: “ao mesmo tempo que, através de seus cursos de licenciatura a universidade afirma haver um conhecimento específico, próprio para o exercício da profissão docente e legitimado por ela na diplomação, nega a existência desse saber quando se trata de seus próprios professores” (CUNHA, 2001 apud NUNES, 2006, p. 55).

SILVA (2007) destaca quatro fatores que explicitam porque a formação de docentes para o âmbito do magistério superior tem sido desvalorizada historicamente: a) a crença de que para ser um bom professor, basta conhecer a fundo os assuntos que compõem a disciplina. A priorização da titulação para ministrar aulas nesse âmbito, reproduz essa crença de que para ser um bom professor basta ser um bom pesquisador; b) o fato da atividade docente ser tida historicamente como uma atividade menor, sendo mais importante o “saber fazer”, pois vigorava a idéia de quem soubesse fazer, saberia também ensinar não havendo preocupações mais profundas com o preparo pedagógico do docente (MASETTO, 1998); c) Os critérios atuais de avaliação e produtividade e qualidade docente concentram-se nitidamente na produção acadêmica e não na qualidade de ensino. Assim sendo, ensino

e pesquisa passaram a ser vistas como atividades concorrentes de tal modo que, sendo a primeira mais valorizada do que a segunda, gerou-se uma cultura de desprestígio a docência prejudicando inclusive a indissociabilidade entre ensino e pesquisa (PIMENTEL, 1993); por fim, como já mencionado em outros pontos deste estudo: a falta de um amparo legal que estimule a formação pedagógica destes docentes.

O resultado dessa conjunção de fatores é o que temos visto em sala de aula. Docentes universitários sem a menor preparação para a gama de desafios profissionais e pessoais que irão enfrentar no ensino superior, na maior parte das vezes ministrando aulas sem a menor preparação didático-pedagógica para tal. Confundindo a mera transmissão de conhecimentos com aquilo que deveria implicar em um trabalho de produção de conhecimento. Situações lamentáveis que dificultam a preparação de alunos não apenas para que se inserirem no mercado de trabalho, mas para se tornarem cidadãos ativos, conscientes e participantes da vida social, cultural e política da qual fazem parte.

Pimenta e Anastasiou (2002) alertam para o fato de que a precariedade na formação de profissionais para o ensino superior compromete a qualidade de ensino em muitos cursos. Denunciam que são poucos os programas que oferecem capacitação didático-pedagógica para o exercício do magistério superior e que esta não é uma tarefa simples, pois envolve um trabalho complexo de formação em três dimensões: formação de profissionais, pesquisadores e professores.

Estudos efetivados por entidades de pesquisa como o PRODEA (Programa Didática em Ação) desenvolvido na UNICENTRO (PR) desde 2001, voltado para o desenvolvimento profissional de docentes universitários e o estudo aprofundado de questões didáticas que propiciariam suporte ao trabalho docente, também demonstram a falta de preparo dos que ingressam no magistério superior esclarecendo a necessidade de que sejam criados espaços de troca e socialização de saberes onde os docentes universitários tenham a chance de expor dificuldades e compartilhar idéias a seu respeito, uma vez que a maior parte das mesmas são experienciadas, em diferentes graus, por todos.

O Papel da EAD na formação de docentes para o magistério superior:

É sabido que a EAD promoveu uma verdadeira revolução no processo de ensino-aprendizagem. Elementos como: a descentralização e democratização saberes e fazeres aliados ao surgimento de novos ambientes de trabalho cooperativos, criativos e inovadores até então impensados dentro de nova relação temporal flexibilizaram indubitavelmente novas possibilidades de aprendizagem mais dinâmicas e ativas (Carvalho, 2010).

No cerne dessa revolução está a concepção de uma educação inovadora que favorece ao docente a possibilidade de romper com um estilo de ensino e aprendizagem calcado em uma epistemologia positivista na qual os conhecimentos tidos como fechados e prontos conduzem a uma didática da mera transmissão passiva de informações, substituindo-o por um estilo dialógico onde as atividades pedagógicas são desenvolvidas em lugares e tempos diversos.

Considerando suas características que a traduzem como uma proposta dinâmica e mais afinada com velocidade das mudanças tecnológicas vigentes e ainda favorecedora da socialização do saber (facilitando a aquisição dinâmica de informações a curto prazo e democratizando seu acesso) partir de uma relação custo-benefício vantajosa, a EAD deveria ser mais estimulada como uma modalidade de ensino adequada a responder a necessidade de capacitar profissionais para o magistério superior.

Em muitos países da Europa a EAD desenvolveu-se justamente, a partir da evolução da pedagogia em sala de aula, como estratégia de complementação da aprendizagem regular e da profissionalização, sobretudo recente (SILVA e CARNIELLI, B., 2005). No Brasil, ainda que de uma forma tardia, essa tradição se manteve através da criação, manutenção e incentivo de programas em escala nacional baseados em EAD como é o caso da “TV Escola” e “Um Salto para o Futuro” (Id., 2005). Iniciativas que demonstram que o país não está alheio a necessidade de

refletir sobre as políticas de formação de professores utilizando as inovações e o potencial da EAD.

Segundo Moran (2002), de acordo com estudos do Centro de Informática Aplicada da FGV, estima-se que o Brasil tenha cerca de 40 mil alunos matriculados em Cursos Superiores oferecidos a distância, sendo destes, 39 mil em cursos para formação de professores. Entretanto apesar dos números significativos, a maior parte dessas estatísticas, bem como programas de EAD desenvolvidos no Brasil dedicados a formação docente voltam-se para a esfera do ensino básico e fundamental e não para o ensino superior o que precisaria ser corrigido.

Um dos caminhos para tal correção se encontra no texto do próprio artigo 66 da LDB que sustenta a preparação dos docentes para o ensino superior dever ser feita em nível de pós-graduação *stricto sensu* prioritariamente, mas não exclusivamente, admitindo, portanto, que tal preparação seja também efetivada através de cursos de pós-graduação *lato sensu* com carga mínima de 360 horas voltados para este fim. Assim sendo, essa tem sido a saída de muitos profissionais desejam atuar melhor no âmbito universitário: optar por algum curso de especialização, como é o caso do cursos de pós-graduação em Docência do Ensino Superior dedicados a esta finalidade, muitos deles oferecidos a distância por instituições superiores de todo o país credenciadas pelo MEC como é o caso da experiência analisada a seguir.

Examinando um Curso de Pós-graduação a distância na área:

O Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Docência do ensino superior é um dos mais antigos da AVM Faculdade Integrada, existindo desde sua criação no ano de 1996 quando esta ainda se denominava Projeto A Vez do Mestre e só oferecia cursos no âmbito da especialização (*lato sensu*) presencial. Realidade bastante distinta da atual desde que esta lançou em 2001 os primeiros cursos de Pós-graduação a distância (portaria 1663 de 06/10/2006) - dentre eles o de Docência do Ensino Superior - para diferentes regiões do país, e, principalmente, desde 2005, quando através do parecer 3375 esta credenciou-se como Instituição de Ensino Superior (IES), oferecendo

além dos cursos de pós-graduação, dois cursos de graduação (Pedagogia e Administração), além de quatro outros cursos tecnológicos (Gestão de Marketing, Gestão Hospitalar, Gestão de RH e Gestão Pública).

O curso de pós-graduação *lato sensu* em Docência do Ensino Superior a distância já formou até o presente momento quase dois mil profissionais distribuídos em diferentes regiões do país. Na sua versão atual é composto de nove disciplinas interligadas a saber: Didática do Ensino Superior, Teorias da Aprendizagem, Neurociência do Conhecimento, Planejamento Educacional no Ensino Superior, Legislação Educacional no Ensino Superior, Políticas Educacionais do Ensino Superior, Tópicos Especiais em Educação Superior, Educação a Distância e Metodologia da Pesquisa. Além de encontros presenciais, utiliza como instrumentos facilitadores do aprendizado módulos de estudos (cadernos impressos) para cada uma das disciplinas elencadas, sendo nove de base formativa disciplinar e três mais direcionados a construção do trabalho monográfico. Vale destacar que essa proposta modular que sofreu várias alterações ao longo do tempo até assumir sua estrutura atual ao longo dos anos a partir de discussões na equipe de trabalho e avaliações dos próprios alunos do curso que sugeriram mudanças e adaptações ao mesmo.

Aliado aos encontros e aos módulos impressos, o curso conta ainda com alguns instrumentos característicos da educação on line como um blog onde são disponibilizados informações, vídeos e artigos pertinentes ao curso; a realização de um chat semanal e um fórum mensal onde são discutidos assuntos de relevância ou mesmo sanadas dúvidas gerais de temáticas relativas ao curso, além de um CD que contém uma apresentação geral com informações relativas ao curso.

Um exame dos módulos impressos permitem identificar o emprego de uma linguagem dialógica (onde o autor se propõe a estabelecer um diálogo com o aluno, ora fornecendo informações ora provocando o aluno a refletir sobre estas). Nota-se além do texto principal, o emprego de várias caixas laterais de diálogo que complementam algumas informações e instigam o aluno a uma leitura

mais criteriosa do mesmo de forma motivadora. Ao final das aulas (cada caderno reúne um total de 5 a 8 aulas dependendo da disciplina) identificam-se exercícios voltados tanto para atividades de pesquisa como tarefas de cunho prático referentes a observação e realização de atividades pedagógicas (como a elaboração de artigos, realização de entrevistas e desenvolvimento de projetos) no âmbito do ensino superior. O objetivo desses instrumentos avaliativos está diretamente relacionado a formação crítica de professores universitários reflexivos sem ignorar a necessidade de uma melhor preparação didático-metodológica destes.

O curso é gerenciado através do trabalho em equipe de um Professor Mentor (organizador e colaborador ativo do curso no âmbito de sua estrutura e funcionamento geral) e um professor tutor (trabalho de apoio ao funcionamento do curso, de modo particular o atendimento e acompanhamento dos alunos) em sintonia com a coordenação pedagógica e geral da instituição. O desenvolvimento do trabalho é facilitado pela utilização de um sistema que permite a equipe pedagógica e administrativa a consulta on time de toda vida acadêmica e administrativa do aluno, favorecendo o esclarecimento de dúvidas e o acompanhamento do aluno ao longo do processo que encerra um tempo mínimo de 12 meses.

Apesar da inegável qualidade material didático utilizado percebe-se que uma dificuldade de avaliar até que ponto de fato os alunos estariam preparados no âmbito didático-metodológico para uma atuação com segurança magistério superior. A equipe de trabalho tem discutido a necessidade do emprego de avaliações que permitam acompanhar como a preparação a distância para o magistério superior de fato favoreceu sua inserção e/ou aperfeiçoamento dos alunos neste âmbito. De qualquer modo a experiência analisada demonstra que a formação de docentes para o magistério superior pode ser respondida com inteligência, tecnologia e criatividade através de um trabalho responsável com EAD.

Bibliografia:

ALTHAUS, M. Ação Didática no Ensino Superior: A docência em discussão. In: **Revista Teoria e Prática da Educação**, v.7, n.1, jan./fev. de 2004, p. 101-106.

CARVALHO, V. **Possibilidades da Interface Educação Ambiental/Educação a Distância: Uma experiência no curso a distância de Licenciatura em Pedagogia**. Trabalho aprovado sob a forma de pôster no 16º CIAED, Foz de Iguaçu, 2010.

MASETTO, M. (org.) **Docência na Universidade**. Campinas: Papyrus, 1998.

MORAN, E. A Educação Superior a Distância no Brasil. In: Soares, M. (org.) **A Educação Superior no Brasil**. Brasília: CAPES-UNESCO, 2002, p. 251-274.

PIMENTA, S. E ANASTASIOU, **Docência em Formação – Docência no Ensino Superior**. Vol. I, 2002.

PIMENTEL, M. **O Professor em Construção**. Campinas (SP): Papyrus, 1993.

PRANDI, L. Tendências do processo didático-pedagógico no ensino superior na contemporaneidade. In: **Revista Akrópolis Umuarama**, v. 17, n. 3, Jul./Set. 2009. p. 137-142.

SILVA, C. e CARNIELLI, B. Educação Superior a Distância no Contexto da Política de Formação de Professores. Revista online UFG, vol. 7, n. 2. Dezembro de 2005. Disponível em: www.proec.ufg.br/revista_ufg/45anos/I-EAD.html. Acessado em: 12/02/2011.

SILVA, V. A Formação Didático Pedagógica do Professor Universitário: Uma Necessidade? Fundação Aprender. Disponível em: <http://www.fundacaoaprender.org.br>. Acessado em 20/03/2011.

SOARES, M. **Políticas para a formação e profissionalização de Professores para o Ensino Superior: a contribuição do PROSUP**. Dissertação de Mestrado. PUC-MG, Belo Horizonte, 2006.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação**. Piracicaba: UNIMEP, 1998.